

## COMO CITAR ESTE TEXTO:

### Formato ISO

NASCIMENTO, Alexandre do. **A universidade Estatal é Pública?** Rio de Janeiro: Revista Global, Número 2, 2004.

### Formato Documento Eletrônico (ISO)

NASCIMENTO, Alexandre do. **A universidade Estatal é Pública?** [citado dd/mm/aaaa]. Disponível na World Wide Web: <http://www.alexandrenascimento.com>.

## A UNIVERSIDADE ESTATAL É PÚBLICA?

*Alexandre do Nascimento*

O que chamamos de “público” tem o sentido de “comum”, ou seja, aquilo que deve ser comum a todas as pessoas de uma determinada sociedade, aquilo que todos, rigorosamente todos, devem ter acesso. É o que o filósofo Cornélius Castoriadis chamou de “participável”, o que não pode ser partilhado, distribuído, apropriado em partes, mas o que deve permitir a participação de todas as pessoas de uma determinada sociedade. O debate sobre o público vai além do direito, pois são os processos da universalização dos direitos o que importam.

A universidade estatal, aquela que chamamos de “universidade pública” é, no Brasil, um interessante caso, que denuncia que aqui o público não é necessariamente comum. Vejamos alguns dados: a maioria dos estudantes das universidades estatais é oriunda de escolas particulares e/ou de cursos pré-vestibulares caríssimos, que não são acessíveis à maioria das famílias pelos seus altos custos, ou seja, a universidade estatal é chamada de pública, mas para ter acesso a ela é preciso, antes, pagar caro. Aliado a isso, as escolas públicas de ensino básico, em geral, não conseguem oferecer um bom ensino aos seus estudantes, pois faltam investimentos, professores, materiais básicos, equipamentos, etc. Há, também, outros problemas: os vestibulares funcionam muito mais para provar que o estudante sabe fazer prova de vestibular do que para “selecionar os melhores”; as universidades estatais não possuem políticas de atendimento estudantil adequadas para os estudantes que necessitam de apoio; no meio acadêmico, especialmente no âmbito do chamado movimento docente, que é majoritariamente de “esquerda”, alguns temas são tabus ou até mesmo inaceitáveis, como o debate sobre políticas de ação afirmativa (falar em políticas de acesso e permanência de pobres, negros, indígenas, etc é uma ofensa ao valor fundamental do “mérito” e compromete a “qualidade”); outro tema que é proibido debater é a possibilidade (antidemocrática) de professores aposentados de prestarem novos concursos e entrarem com vantagens como o direito a 60% da GED (gratificação de estímulo a docência) – neste caso, o maior problema não é o direito ao concurso, mas a quase certeza da aprovação. Na universidade, tanto o individualismo de direita, quanto o corporativismo de esquerda são conservadores e reacionários.

Movimentos Sociais como os cursos pré-vestibulares populares e o movimento negro enfrentam algumas resistências dos que não querem que a universidade estatal seja pública. É comum ouvirmos que, ao invés de lutarmos por políticas de ação afirmativas

como políticas de cotas e de apoio aos estudantes, deveríamos lutar pela melhoria do ensino médio. Do ponto de vista do movimento dos cursos pré-vestibulares populares um ensino básico de qualidade é indiscutivelmente fundamental e deve ser objeto de luta, mas isso não substitui uma política de ação afirmativa. Para esses movimentos o que substitui a ação afirmativa é a abertura da universidade a todas as pessoas, sem nenhum “processo seleção”. As políticas de ação afirmativa são parte de um processo de universalização do direito à universidade.

O governo começou a discutir uma reforma no sistema universitário. O problema maior não é o estatuto que rege a universidade estatal, mas as suas formas de funcionamento e as suas práticas internas de seleção excludente. A reforma tem a tarefa de refundar as bases sociais da universidade. A não democratização do ensino superior é um dos limites fundamentais ao seu próprio desenvolvimento, pois a quantidade produz qualidade. Neste sentido, tornar a universidade pública passa por promover a sua abertura aos movimentos que a reivindicam e transformar a natureza dos processos de produção e de difusão do conhecimento.

A reforma universitária que será promovida pelo MEC precisa tocar nesses pontos. É preciso responder a seguinte questão: *A universidade estatal é pública?* Pois essa é uma pergunta que fazem os movimentos sociais que lutam para romper as barreiras impostas pelas universidades à sua própria democratização e à universalidade do acesso a ela; barreiras que, inclusive, é funcional à expansão das universidades particulares. A reflexão sobre essa pergunta pode contribuir bastante para uma reforma que revolucione as formas de funcionamento das universidades estatais para que elas possam se tornar, de fato, Universidades Públicas.